

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**CAMILA COSTA DOS SANTOS DE SOUZA**

**EVASÃO ESCOLAR E OS DILEMAS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL**

COLATINA

2021

CAMILA COSTA DOS SANTOS DE SOUZA

**EVASÃO ESCOLAR E OS DILEMAS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL**

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Itapina, como requisito obrigatório para conclusão do curso.

Orientadora: Profa.Msc. Cláudia de Souza Nardoto.

COLATINA

2021

(Biblioteca do Campus Itapina)

S729e Souza, Camila Costa dos Santos de .

Evasão escolar e os dilemas do ensino médio no Brasil / Camila Costa dos Santos de Souza. - 2022.  
52 f. : il.

Orientador: Cláudia de Souza Nardoto

TCC (Graduação) Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Itapina, Licenciatura em Pedagogia, 2022.

1. Ensino médio. 2. Evasão escolar. 3. Políticas educacionais. I. Nardoto, Cláudia de Souza. II. Título III. Instituto Federal do Espírito Santo.

CDD: 370

Bibliotecário/a: Débora do Carmo de Souza CRB6-ES nº 031



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CAMPUS ITAPINA  
Rodovia BR-259, Km 70, Zona Rural, Colatina, CEP 29709-910  
Tel (27) 3723-1221 Fax (27) 3723-1244

## **CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

### **Licenciatura em Pedagogia**

Autora: Camila Costa Dos Santos de Souza

Orientadora: Prof<sup>a</sup> MsC Cláudia de Souza Nardoto

Aprovada pela Banca Examinadora como parte das exigências do componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia pelo Instituto Federal do Espírito Santo, *Campus Itapina*.

---

Prof<sup>a</sup> MsC Cláudia de Souza Nardoto  
Presidente

---

Prof<sup>o</sup> MsC Adriano Ramos de Souza  
Membro interno

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia Nascimento Ribeiro  
Membro interno

Colatina (ES), 11 de fevereiro de 2022.



Emitido em 11/02/2022

**ATA DE DEFESA Nº 2/2022 - ITA-CCLCA (11.02.24.01.08.02.03)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 12/02/2022 06:52 )*

ADRIANO RAMOS DE SOUZA  
PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO  
ITA-CCLP (11.02.24.01.08.02.09)  
Matricula: 2254559

*(Assinado digitalmente em 11/02/2022 22:25 )*

CLAUDIA DE SOUZA NARDOTO  
PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO  
ITA-CCLCA (11.02.24.01.08.02.03)  
Matricula: 2161813

*(Assinado digitalmente em 11/02/2022 22:17 )*

FLAVIA NASCIMENTO RIBEIRO  
PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO  
ITA-CCLP (11.02.24.01.08.02.09)  
Matricula: 1630240

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: 2, ano: 2022, tipo: ATA DE DEFESA, data de emissão: 11/02/2022 e o código de verificação: db312d72bc

Em especial, dedico este trabalho aos meus pais e ao meu esposo que sempre me apoiaram durante toda a minha jornada de estudos. Agradeço com muito carinho aos meus queridos filhos Kauã e Lucas, pois me deram a força de motivação diária necessária para seguir em frente e conseguir enfrentar todos os obstáculos durante esse percurso.

Em memória da minha madrinha e prima Cleide que infelizmente foi uma das milhares de vítimas da COVID-19 em nosso país, venho aqui dedicar a minha mais singela homenagem e carinho que tinha por ela. Foi uma das maiores incentivadoras para que conseguisse concluir a minha primeira graduação. Obrigada de coração por tudo que fez em minha vida!

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que é tudo na minha vida.

A minha orientadora, Professora Cláudia de Souza Nardoto, que se dedicou juntamente comigo na realização deste estudo.

A todos os professores que caminharam comigo durante o curso de Pedagogia, foram de suma importância na minha formação profissional.

Aos meus amigos e colegas que estiveram comigo durante esse tempo de formação.

A minha amiga Elizete que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos. Uma amizade que levarei comigo para o resto da vida.

Aos meus familiares que me apoiaram nesta difícil jornada.

"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo."

Nelson Mandela



## RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a evasão escolar no Ensino Médio a partir do ano de 2009 através de pesquisas publicadas na BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Tendo em vista o objetivo geral apresentado, tracei como objetivos específicos: caracterizar o Ensino Médio no Brasil historicamente; identificar as causas de evasão escolar no Ensino Médio conforme as pesquisas desenvolvidas no Brasil; e apresentar as políticas desenvolvidas para o Ensino Médio no Brasil a partir de 2009. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de analisar a atual configuração do Ensino Médio no Brasil, assim como identificar os possíveis gargalos desta etapa de ensino conforme pesquisas desenvolvidas em nosso país. Para a elaboração do mesmo foi realizado como metodologia de pesquisa o levantamento bibliográfico alusivo ao tema. Conclui-se este estudo na certeza de que o progresso da escola só será obtido com o melhoramento do preparo do professor, com a riqueza dos métodos adequados e com melhores recursos didáticos oferecidos e a valorização do profissional de ensino. Visto que a função política da educação é torná-la mais libertadora, e inovadora dos conteúdos.

**Palavras-chave:** Ensino Médio. Evasão Escolar. Políticas Educacionais.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze school dropout in High School from the year 2009 through research published in BDTD (Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations). In view of the general objective presented, I outlined as specific objectives: to characterize High School in Brazil historically; identify the causes of school dropout in high school according to research developed in Brazil; and present the policies developed for high school in Brazil from 2009. The choice of theme is justified by the need to analyze the current configuration of High School in Brazil, as well as to identify the possible bottlenecks of this stage of education according to research developed in our country. For the elaboration of the same, the bibliographic survey alluding to the theme was carried out as a research methodology. This study is concluded in the certainty that the progress of the school will only be obtained with the improvement of the teacher's preparation, with the richness of the methods of adequate and with better teaching resources offered and the valorization of the teaching professional. Since the political function of education is to make it more liberating and innovative in terms of content.

**Keywords:** High School. School Dropout. Educational Policies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Repetência e Evasão .....	26
Figura 2 - Perfil dos jovens de 19 a 24 anos que concluíram o ensino médio.....	26
Figura 3 – Custo do Jovem que paga pela evasão escolar.....	27

## LISTA DE SIGLAS

ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior  
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação  
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas  
INSPER - Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa  
LDBEN - Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional  
MEC - Ministério da Educação  
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PROEMI - Programa Ensino Médio Inovador  
SEDUC - Secretaria de Educação e qualidade do Ensino  
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL .....</b>	<b>15</b>
2.1 O ENSINO MÉDIO A PARTIR DA LEI Nº 9.394/96.....	19
<b>3 REFLEXÕES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO.....</b>	<b>24</b>
3.1 PESQUISAS QUE ABORDAM AS CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO .....	30
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira apresenta-se como palco de amplos dilemas, seja no âmbito social ou econômico. Neste trabalho buscaremos delinear timidamente as configurações políticas da etapa final da educação básica, o Ensino Médio, a fim de compreendermos os fatores que desencadeiam a evasão escolar nesta etapa de ensino.

Conforme dados do Observatório do Plano Nacional de Educação<sup>1</sup> 69% dos jovens brasileiros com 19 anos, concluem o Ensino Médio, média esta que oscila entre 50 a 70% desde 2009, quando se ampliam as políticas de garantias de direitos constitutivos dos nossos jovens na escola, como obrigação do Estado, ou seja, direito público subjetivo conforme previsto no artigo 5º. da Lei nº. 9.394/96:

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo (BRASIL, 1996, p. 08).

A evasão escolar no Brasil é um grande desafio tanto para as escolas, pais, alunos e também para as políticas públicas educacionais. Desse modo cabe à instituição, aos familiares e as políticas públicas utilizarem de todos os recursos que dispõe para garantir a permanência dos alunos na escola e conseqüentemente sua preparação para o mundo do trabalho e da cidadania.

No Ensino Médio, essas taxas de abandono são preocupantes tendo em vista a proximidade com a maioria e com a necessidade de trabalhar desses alunos. A reprovação nessa etapa de ensino gera para as séries finais do Ensino Médio uma defasagem na conclusão desta etapa de ensino, que posteriormente influenciará na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), ampliando nesse sentido os índices das distorções idade-série.

---

<sup>1</sup> O Observatório do PNE é uma plataforma que busca monitorar o Plano Nacional de Educação, dando transparência aos dados da Educação brasileira e contribuindo para que o PNE siga como uma agenda norteadora das políticas educacionais.

O fracasso escolar é alvo de muitos estudos principalmente no Brasil onde diversos fatores podem desencadeá-lo ou favorecê-lo. Sabe-se que alunos com baixos índices socioeconômico-culturais podem apresentar um desempenho abaixo da média. Por outro lado, fatores internos como disfunções patológicas, hiperatividade bem como comportamentos incompatíveis com a vida social também corroboram para tal realidade. Esses preceitos podem também ser fatores preponderantes de desencadeamento das evasões escolares ocorridas no Ensino Médio.

Em nosso país as taxas de evasão no Ensino Médio são bastante significativas e diversos estudos têm apontado as suas principais razões, entre elas: a necessidade de trabalhar, falta de incentivo dos familiares, gravidez, drogas, desinteresse pelos estudos, fracasso escolar, falta de recursos adequados, pobreza, relação aluno e professor, etc. A necessidade de ajudar na renda familiar tem sido indicada nas pesquisas como um dos principais fatores para que muitos adolescentes abandonem os estudos, ocasionando na evasão escolar.

A relevância do tema justifica-se pela necessidade de se estudar, analisar e compreender os problemas decorrentes dessa última etapa de ensino da educação básica, para que realmente seja ofertado e garantido um ensino de qualidade. Apesar dos grandes esforços das políticas em vigor, a investigação da evasão escolar é de extrema importância para que todos tenham conhecimento sobre o quanto que ainda precisa ser feito em relação ao Ensino Médio. A análise de informações sobre o fracasso escolar seja enquanto repetência ou abandono, poderá possibilitar um olhar mais sensível sobre esse problema existente em nossa sociedade e permitirá que as pessoas tenham uma reflexão acerca do tema.

Diante dessas considerações, o nosso objetivo geral é analisar a evasão escolar no Ensino Médio, a partir das pesquisas publicadas no ano de 2009, tendo em vista as significativas reformas e ganhos legais nesta etapa de ensino a partir da Ementa Constitucional 59, que amplia o direito à educação na educação brasileira dos 04 aos 17 anos, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade recomendada.

Para isso delineamos os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o Ensino Médio no Brasil historicamente;

- Identificar as causas de evasão escolar no Ensino Médio conforme as pesquisas desenvolvidas no Brasil a partir do ano de 2009; e
- Apresentar as políticas desenvolvidas para o Ensino Médio no Brasil a partir de 2009.

A pesquisa quanto a sua natureza será classificada como básica, com objetivos exploratórios e procedimentos bibliográficos. Assim, a revisão da bibliografia poderá trazer para esse eixo um novo entendimento sobre possíveis causas da evasão escolar em jovens que cursam o Ensino Médio na contemporaneidade.

A pesquisa básica objetiva gerar conhecimento novo para o avanço da ciência, busca gerar verdades, ainda que temporárias e relativas, de interesses mais amplos (universalidade), não localizados. Não tem, todavia, compromisso de aplicação prática do resultado. Por exemplo, estudar as propriedades de determinado mineral. A pesquisa básica pode ser classificada em de avaliação e de diagnóstico. De avaliação: atribui valor a um fenômeno estudado. Para tanto, necessita de parâmetros bem estabelecidos de comparação ou referência. Pode ter seu foco nos procedimentos ou nos resultados. Já a pesquisa de diagnóstico busca traçar um panorama de uma determinada realidade (NASCIMENTO, 2012, p. 02).

Gil (2008) ainda aponta que é através da pesquisa que o homem se satisfaz diante das suas dúvidas, curiosidades e anseios por obter respostas. A pesquisa para o autor é composta de um processo onde as etapas são concretizadas e depois complementadas. O estudo será de cunho qualitativo, pois, tentará compreender as causas e fatores que podem influenciar na evasão escolar que causa consequências não somente para a vida futura do indivíduo, como também para o desenvolvimento de toda uma sociedade.

Os objetivos classificarão a pesquisa como sendo exploratória porque tentará aprofundar sobre os elementos que o assunto contém. Geralmente é feita através do estudo investigativo de um determinado objeto onde não se conhece nada sobre ele ou muito pouco. A partir daí fornece meios para que o pesquisador consiga entendê-lo dentro de um determinado cenário. A pesquisa bibliográfica será o principal procedimento utilizado para a estruturação do estudo tendo em vista a necessidade de se reconhecer todos os elementos que norteiam a frequência e trabalho do Ensino Médio.



A pesquisa também é considerada bibliográfica, pois se baseará nas publicações acadêmicas, assim como reportagens, legislações, dentre outras informações que poderão ser obtidos através de documentos eletrônicos ou impressos. Nesse sentido, será feito um breve histórico da historicidade do Ensino Médio no Brasil baseado em referenciais teóricos alusivos ao tema: Evasão no Ensino Médio. Também serão consultadas publicações da internet que sejam pertinentes ao assunto, assim como as leis vigentes no atual Ensino Médio a partir de 2009, e serão identificadas as possíveis causas da evasão escolar nesta etapa de ensino conforme pesquisas desenvolvidas no Brasil a partir do ano de 2009.

Visando uma exposição clara e objetiva o trabalho foi dividido em duas seções, sendo que cada uma delas possuem um subitem. Na primeira seção apresentaremos inicialmente a história do Ensino Médio no Brasil, seguido para as políticas públicas desenvolvidas para esta etapa de ensino a partir de 2009. Na segunda seção será feita uma abordagem das possíveis causas que levam ao fenômeno da evasão escolar, na perspectiva de ampliarmos as reflexões sobre a temática em questão. Depois serão apresentados os motivos da evasão escolar no Ensino Médio de acordo com pesquisas publicadas em nosso país desde 2009, tendo como referenciais teóricos os seguintes autores: AQUINO (2016), SILVA (2015) e SILVA (2016).

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL**

Segundo Kuenzer (1991), a educação da nossa nação desde os séculos passados é constituída a partir de sua própria sistematização, demonstrando as diferenças na divisão de classes sociais.

Desde o momento que surge, a educação diretamente articulada ao trabalho se estrutura como um sistema diferenciado e paralelo ao sistema de ensino regular marcado por finalidade bem específica: a preparação dos pobres, marginalizados e desvalidados da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis baixo e médio da hierarquia ocupacional. Sem condições de acesso ao sistema regular de ensino, esses futuros trabalhadores seriam a clientela, por excelência, de cursos de qualificação profissional de duração e intensidade variáveis, que vão desde os cursos de aprendizagem aos cursos técnicos (KUENZER, 1991, p. 06).

Em 1909 “[...] são criados pelo governo federal, os primeiros cursos profissionalizantes, com o nascimento de 19 escolas de aprendizes artífices,

subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio” (KUENZER, 1991, p. 06). De acordo com Kuenzer (1991), somente na década de 40 é que o setor econômico passa a ter uma real preocupação dirigida pela grande necessidade de profissionais qualificados. Sendo criado em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Essas escolas se caracterizaram por uma proposta curricular eminentemente prática, onde as preocupações com a formação teórica raramente apareciam em contrapartida às poucas escolas técnicas que foram criadas junto a escolas de engenharia na década de 30 (KUENZER, 1991, p. 07).

Em 1942 foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, instituída pelo decreto-lei 4.244 de 09 de abril em 1942, pelo então do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema no período do governo de Getúlio Vargas. Segundo Kuenzer (1991), a partir desta lei todas as escolas criadas em 1909 passam a oferecer vários cursos técnicos, além dos cursos industriais básicos e dos cursos de aprendizagem. No entanto, o que Kuenzer (1991) destaca como avanço, foi parcial equivalência dos cursos profissionalizantes com o sistema regular de ensino, para ingresso aos cursos superiores. Tendo em vista que os estudantes que vinham dos cursos médio-profissionalizantes eram das classes populares, conseqüentemente ampliaria o acesso dos mesmos. Mas muito longe de diminuir as diferenças intrínsecas entre a educação profissional e propedêutica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4024/61) não chega a alterar essa situação, embora tenha propiciado avanço significativo quanto à articulação dos dois sistemas de ensino, na medida em que incorpora ao sistema regular os cursos técnicos de nível médio, estabelecendo a equivalência plena entre os cursos propedêuticos e os profissionalizantes (KUENZER, 1991, p. 08).

Ocorreram a partir de 1964 várias propostas de racionalização de todos os setores da vida social, política e econômica do país como ideais da ditadura militar. Supunha-se que a formação oferecida não atendia as demandas do mercado de trabalho em razão do acelerado crescimento econômico e da falta de mobilização política. Conforme cita Kuenzer (1991):

Segundo esta lógica, as maiorias dos cursos eram “excessivamente acadêmicos” e não preparavam para o exercício das funções produtivas, não

atendendo às necessidades do mercado de trabalho, o que se considera um dos fatores explicativos para a crise econômica em que mergulhara o país (KUENZER, 1991, p. 09).

Em 1971, o governo instituiu a reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, na qual é modificada a organização do ensino no Brasil. É desse período a Lei da Educação n.º 5.692/71 (BRASIL, 1971) que passa a denominar o antigo primário, estendendo-o para oito anos obrigatórios. De acordo com a lei, o objetivo geral do 1º e 2º grau seria o seguinte:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971, p. 01).

Com a Lei 5.692/71 em 1971, apareceu pela primeira vez a educação para o trabalho como intenção explícita da política educacional. No entanto, segundo Kuenzer (1991) havia outro motivo para que ocorresse a profissionalização dos nossos jovens:

[...] uma das mais caras justificativas dos defensores da generalização da formação profissional no 2º grau: as necessidades do mercado de trabalho relativas a técnicos de nível médio, surgidos em decorrência do crescimento econômico acelerado no “tempo do milagre econômico” (1968/1972) KUENZER (1991, p. 11).

A Lei nº 5.692/71 tentou romper com a dualidade existente entre o ensino secundário, a formação propedêutica e profissionalizante, com a criação de um sistema único de ensino, onde todos passariam pelo mesmo processo, independente de qual fosse a sua classe social. Sua finalidade seria a qualificação para o trabalho, que seria obtida através da habilitação profissional oferecida pela escola.

Entretanto, sabemos que a lei supracitada, não conseguiu superar a dualidade existente entre o ensino médio propedêutico e profissionalizante. As instituições escolares que já ofertavam cursos profissionalizantes de qualidade antes dessa lei mantiveram a oferta. Já os filhos da burguesia faziam cursos para prestar o vestibular e ingressarem na faculdade, dando continuidade aos estudos. As escolas públicas em sua grande maioria não conseguiram oferecer nenhum dos dois ensinos e tiveram uma queda na sua qualidade.

O Ministério da Educação (MEC) depois de quatro anos da Lei nº 5692/1971, fornece uma nova orientação através do Parecer nº 76/75, na perspectiva de resolver o impasse criado com a impossibilidade concreta de generalizar a habilitação profissional a nível técnico, através do ensino de 2º grau (Kuenzer, 1991).

Esse Parecer recoloca a questão conceptual, negando a antinomia entre educação geral e formação especial, reafirmando o carácter complementar de ambos, uma vez que a cultura geral é o alicerce para a formação profissional, que não ocorre no vazio; reafirma, também, a importância da formação tecnológica, mostrando o contrassenso de se ter formação exclusivamente geral no actual estágio de desenvolvimento das sociedades industriais (KUENZER, 1991, p. 12).

A Lei 5.692/71 consagrou os pareceres 15/72 e 76/75 que restabeleciam a Educação Geral, denominada de básico e o ensino profissionalizante, dando a opção de escolha pelas habilitações: plenas, que eram voltadas para a formação de técnicos e as parciais destinadas para a formação de auxiliares.

O avanço conseguido em 1971 através da proposta de uma escola única fica totalmente comprometido pelo ressurgimento da anterior dualidade estrutural, mesmo que não seja admitida de forma explícita. Dessa forma, as escolas que formavam os filhos da classe média e burguesa assumem novamente a sua função propedêutica, continuando a preparar os estudantes para o ingresso na universidade. As escolas públicas que atendem às classes médias, baixa e trabalhadora, em virtude da precariedade de recursos financeiros, materiais e humanos não possuem condições mínimas para oferecer a habilitação profissional.

A lei 7.044/1982 legitima essa situação caótica expressada pela indefinição do papel da escola média no que diz respeito ao mundo do trabalho, extinguindo “[...] ao nível formal a escola única de profissionalização obrigatória [...]” (KUENZER, 1991, p. 13).

Na década de 1980 novos arranjos se configuram rumos à democratização do Estado brasileiro e a educação, sem sombra de dúvidas foi palco de intensas reivindicações, para ampliação do direito, mas também de polarizações quanto a sua organização.

Encerra-se um capítulo da nossa história, com o fim da ditadura em 1985 e inicia-se, ao menos a letra da lei, a esperança de um Estado democrático de direito de fato, a

partir da promulgação da nossa Carta Magna em 1988, também conhecida como Carta Cidadã, haja vista a ampliação significativa dos direitos civis. E é nessa esteira que apresentaremos os novos contornos da educação brasileira, especificamente nas políticas para o Ensino Médio.

## 2.1 O ENSINO MÉDIO A PARTIR DA LEI Nº 9.394/96

Iniciamos a década de 1990 com a Constituição Federal de 1988 promulgada e novas disputas no âmbito educacional, entre as forças progressistas e conservadoras. Ou seja, a luta pela ampliação do direito a educação de qualidade, assim como a universalização da mesma permanece.

Segundo Shiroma (2011), desde o final da década de 1970, com a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED dentre outras organizações, tais como Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – ANDES, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, fomentaram-se as críticas e reivindicações no sistema nacional de educação.

As demandas apontavam para as melhorias da qualidade na educação, sobretudo com a evasão escolar e distorções idade-série; valorização e qualificação dos profissionais da educação; democratização da gestão escolar; transparência no financiamento da educação, assim como a ampliação da obrigatoriedade da educação básica como conhecemos hoje.

O movimento para a construção da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação iniciou em 1987, com o primeiro projeto delineado por Demerval Saviani, que no âmbito do ensino médio pretendia:

a) reconhecer o ensino médio como uma etapa formativa em que o trabalho como princípio educativo permitia evidenciar a relação entre o uso da ciência como força produtiva e a divisão social e técnica do trabalho; b) que essa característica do ensino médio, associada à realidade econômica e social brasileira, especialmente em relação aos jovens das classes trabalhadoras, remete a um compromisso ético da política educacional em possibilitar a preparação desses jovens para o exercício de profissões técnicas que, mesmo não garantindo o ingresso no mercado de trabalho, aproxima-o do “mundo do trabalho” com maior autonomia; c) que a formação geral do educando não poderia ser substituída pela formação específica em nome da

habilitação técnica, como ocorria anteriormente (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2012, p. 37).

As finalidades propostas pelo ensino médio superaram o modelo que estava em vigor anteriormente, na qual fazia a distinção entre formação para o trabalho e para a continuidade dos estudos, possibilitando agora a escolha pela continuidade dos estudos na universidade ou a entrada no mercado de trabalho.

No entanto, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 – LDBEN, segundo Shiroma (2011), apresentada como moderna por ter como norte o Século XXI, foi promulgada sem impedir ou obrigar o Estado a realizar alterações substanciais na educação e ainda propiciou uma verdadeira arena de conflitos entre capital e trabalho.

O Ensino Médio, última etapa da educação básica, só passa a ter obrigatoriedade e gratuidade na oferta a partir de 2009, quando o então presidente Luís Inácio da Silva sanciona a Lei 12.061/2009, alterando o quarto inciso do 1º Art. e o sexto inciso do 10º Art. da LDBEN nº 9394/96, atendendo os anseios representados pelas forças progressistas de universalização e oferta gratuita do Ensino a todos os cidadãos, inclusive aqueles que não o concluíram na idade indicada.

As ações sistemáticas no âmbito de minimizar a histórica dualidade do Ensino Médio no Brasil iniciam-se no Governo Lula com a promulgação do decreto 5.154/2004, destituindo o Decreto 2.208/98 que orientava as ações desta etapa de ensino. No entanto, as finalidades do Ensino Médio ainda permanecem as mesmas:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, p. 18).

Na perspectiva de alinhar o Ensino Médio com as novas orientações legais, assim como estabelecer novas Diretrizes para esta etapa de ensino, na esteira de vários programas lançados a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o Ministério da Educação lança o Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI instituído pela Portaria nº 971, no dia 9 de outubro de 2009 que visa tornar os currículos do Ensino Médio mais dinâmicos, articulando de forma interdisciplinar as mais diferentes áreas do conhecimento. A formação em tempo integral também faz parte dos objetivos a serem atingidos, pela implementação do Proemi que pretende atender as demandas dos estudantes em relação as suas necessidades.

A próxima ação legal para esta etapa de ensino é a Resolução nº 02/2012 de 30 de janeiro de 2012, que definia as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, estabeleceu os seguintes princípios:

Art. 5º. O Ensino Médio em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em: I - formação integral do estudante; II - trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente; III - educação em direitos humanos como princípio nacional norteador; IV - sustentabilidade ambiental como meta universal; V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; VI - integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização; VII - reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes; VIII - integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular (BRASIL, 2012, p. 02).

Essas orientações se alicerçaram nas antigas reivindicações das diversas organizações em prol da melhoria do Ensino Médio nas seguintes perspectivas:

§ 1º O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência. § 2º A ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade. § 3º A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida. § 4º A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (BRASIL, 2012, p. 02).

Nessa seara foi instituído o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio pela Portaria nº 1.140/2013, no intuito de estabelecer ações e estratégias para a adoção de políticas públicas que proporcionem uma melhoria na qualidade do Ensino Médio. Segundo Nardoto (2015), em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM/2012), na primeira etapa do Pacto, articulam-se “duas ações estratégicas: o redesenho curricular, já em desenvolvimento em algumas escolas por meio do ProEMI; e a Formação Continuada dos professores do Ensino Médio, com previsão de início para o primeiro semestre de 2014”.

Outra política que reafirma as demandas do Ensino Médio, assim como suas fragilidades foi a lei nº 13.005/2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionada no governo de Dilma Rousseff a que estará em vigor até o ano de 2024. O Plano conta com vinte metas voltadas para a educação, e a terceira meta a ser alcançada até 2016 era a universalização do ensino para indivíduos entre quinze e dezessete anos. E pretende-se aumentar o número de matrículas dos alunos do Ensino Médio para 85% até o final de sua vigência, o que evidencia tanto a evasão nesta etapa de ensino quanto as distorções idade-série.

Nos jogos de poder da nossa nação, a então Presidente Dilma Rousseff é destituída da Presidência da República no início do seu segundo mandato em agosto de 2016. Dando início a um novo projeto para o Ensino Médio, na contramão das conquistas legais até então instituídas.

No dia 22 de setembro de 2016, foi enviada ao Congresso Nacional uma medida provisória que promove mudanças estruturais no Ensino Médio, conhecida como a reforma do Ensino Médio a partir da Medida Provisória nº 746 que institui:

Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências (BRASIL, 2016, p. 01).



Em dezembro de 2017, apesar da forte oposição, o decreto é sancionado pela lei 13.415/2017 (BRASIL, 2017), instituindo a reforma do Ensino Médio, reconhecida pelos estudiosos desta etapa de ensino como uma reforma para menos. Segundo Silva e Boutin (2018, p. 523), essa modificação do Ensino Médio “[...] não poderia gerar outra coisa senão a revolta de diversos segmentos sociais ligados à educação” ao possibilitar diferentes arranjos curriculares considerando a configuração do nosso Sistema Nacional de Ensino, assim como suas históricas fragilidades.

A nova lei modificou o Art. 36 da LDBEN que estabeleceu um novo currículo para o Ensino Médio nos seguintes moldes:

Art. 36 . O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional (BRASIL, 2017, p. 02).

No primeiro inciso da lei 13.415 diz que a carga horária do Ensino Médio será ampliada gradualmente para no mínimo 1.400 horas anuais, o que em certa medida, segundo Silva e Boutin (2018, p. 530) mais atende aos interesses do setor privado, do que a garantia da qualidade do ensino nesta etapa de ensino, por contribuir “[...] para a formação do homem produtivo, do homem massa, distanciando-se do conceito de omnilateralidade que pressupõe uma formação efetivamente integral”.

Segundo Ferreti e Silva (2017, p. 396), a discussão sobre a ampliação da carga horária para tempo integral “[...] esteve menos presente nas audiências públicas, provavelmente por haver consenso de que precisaria ampliar em muito o investimento público”. E ainda ressaltam que a medida provisória poderá levar a profundas desigualdades nas escolas, pois nem todas estão preparadas para a adequação imposta pela lei, considerando que para que aconteçam essas alterações serão necessários grandes investimentos públicos.

Corrêa (2012) salienta sobre os desafios encontrados pelos professores na escola:

Nas condições materiais e sociais da escola, os professores enfrentam também desafios para a construção de sua própria existência humana e social, nela incluídas as atividades que desenvolve no processo de trabalho docente (CORRÊA, 2012, p. 130).

Nesse sentido as políticas educacionais devem considerar as peculiaridades de todos, levando em consideração os seus aspectos sociais e culturais. O jovem precisa ser ouvido para que consiga expor as suas opiniões e vontades, possibilitando que o ambiente escolar seja mais atrativo e produtivo. Corrêa (2012) ainda ressalta que as:

[...] políticas neoliberais, aí embutidas, procuram propagar a impossibilidade de novas conformações sociopolíticas e econômicas, para o fim das utopias, atingindo também a educação, que por tradição, na modernidade sempre foi marcada fortemente pela expectativa de preparar para o futuro. Assim, a crise da escola não está dissociada da crise da sociedade, e deve ser analisada em suas relações contraditórias e dialéticas (CORRÊA, 2012, p. 131).

A escola de ensino integral não deve preparar o adolescente só para o trabalho, mas sim para a vida em sociedade. Desta forma, no anseio de compreender em que medida o Estado brasileiro tem cumprido com a sua responsabilidade de promover cada vez mais a permanência e êxito do discente na escola, com a adoção de leis que realmente consigam ofertar direitos iguais para todos, sem fazer exclusões, que desenvolveremos nossas reflexões no próximo item.

### **3 REFLEXÕES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO**

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em diversos estudos relata que o trabalho infantil, o fracasso escolar, as desigualdades sociais e a baixa renda das famílias são fatores determinantes para a evasão escolar de crianças e adolescentes.

Em uma série de reportagens publicadas pelo Projeto Colabora (#Colabora)<sup>2</sup>, foram várias as declarações de jovens e profissionais da educação sobre as suas

---

<sup>2</sup> O #Colabora é um projeto jornalístico que aposta numa visão de sustentabilidade que vai muito além do meio ambiente. Educação, saúde, desigualdade, saneamento, diversidade e consumo também são alguns dos nossos temas. Desde 2019, nossas editorias passaram a ser guiadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU. Reportagem disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods4/evasao-recorde-no-1o-ano-do-ensino-medio-no-para/> Acesso em agosto de 2021.

dificuldades em dar continuidade aos estudos. Vejamos alguns trechos impactantes desta reportagem:

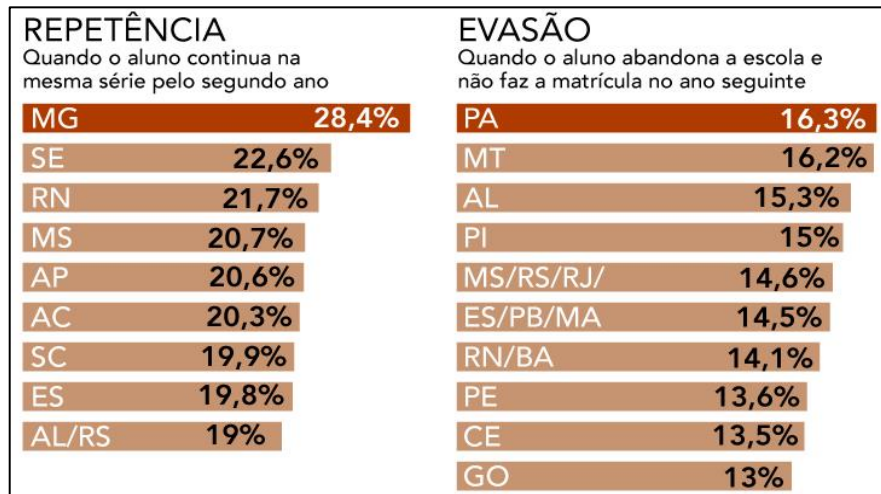
1. Camille Paraense, de 22 anos, não passou do primeiro ano do ensino médio. Após repetir duas vezes a série, desistiu dos estudos. “Foi motivo besta”, diz Camille, que, no entanto, descreve uma discussão séria com a mãe como o estopim para largar a escola e se mudar para Goiatuba, em Goiás, a dois mil quilômetros da capital paraense. “Ela me bateu e me chamou dos piores nomes. Eu fiquei muito sentida e fui para a casa da vovó. Nessa época, eu já estava em depressão, mas não sabia, aí parei de frequentar a escola”, lembra ela.
2. Dizer que a culpa é só do aluno seria injusto. Esse jovem muitas vezes tem pais que não têm um projeto de vida. Então, eles refletem o que vivem em casa. São filhos cujos pais não têm sonhos, projeções e o pior: muitas vezes eles ainda são vítimas de violência ou até mesmo resultado de violência. Tenho uma aluna de 14 anos, que, desde os 9, foi estuprada pelo padrasto. Como esperar um bom desempenho escolar de uma pessoa com esse histórico de vida? (Profa. Helem S. Souza)
3. “Há péssimas condições de estrada, em especial na zona rural, localidades ribeirinhas sem transporte escolar, muitas sem acesso à internet e sem sequer escolas de nível médio”, lista Rodrigo Moraes, mestre em Educação (BARBOSA, 2017).

As afirmações sobre os fatores determinantes para evasão escolar revelam as dificuldades existentes, mas também reforçam a perspectiva que mesmo em situações adversas é possível dar continuidade aos estudos, ao relatar a história da estudante Nayara Cristina C. Câmara.

A estudante do primeiro ano Nayara Cristina Conceição Câmara, de 15 anos, é dessas que nada contra a maré. Moradora do Conjunto Habitacional do Canarinho, em Belém, ela nunca repetiu de série. Ela estuda numa zona violenta e conta que seu colégio acaba sendo afetado. “O maior problema é a insegurança. Eu já presenciei três ameaças de alunos de uma escola rival. A maioria dos ataques foi na parte da manhã, e as pessoas saíram feridas. Não sei o motivo da briga entre os colégios”, comenta. Nayara é criada pela tia, que trabalha como babá e diarista, e o marido da tia, pedreiro. Sobre o futuro, ela sonha com a estabilidade econômica: “Minha mãe me motiva sempre. Eu quero me formar na universidade para poder dar uma vida melhor para ela”, comenta (BARBOSA, 2017).

A reportagem ainda apresenta um breve resultado do mapeamento da evasão escolar apresentado na figura a seguir.

Figura 1 - Repetência e Evasão

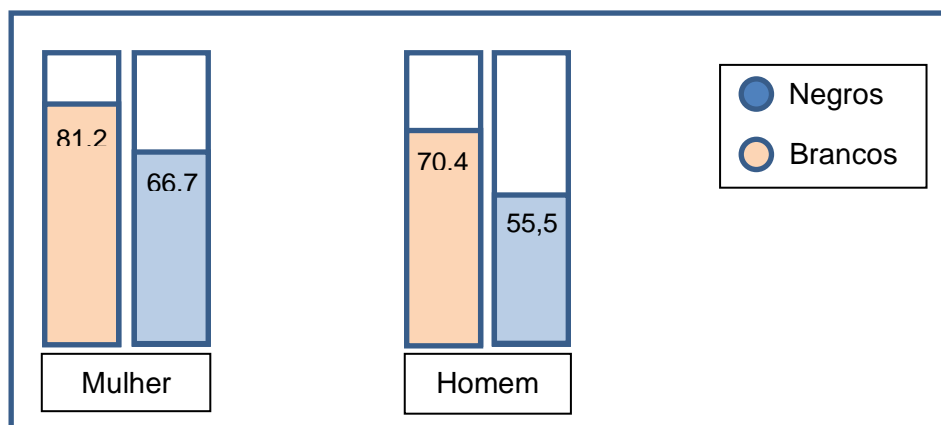


Fonte: INEP

O destaque é para o Pará, no âmbito da evasão escolar e para Minas Gerais em relação à repetência, mas podemos perceber que os percentuais não são tão diferentes nas demais unidades federativas. O que nos leva a inferir que as questões estruturais, socioeconômicas, assim como a violência e qualidade do ensino fazem parte da realidade de grande parte dos jovens brasileiros.

Na esteira dos dados encontrados ao traçar um perfil dos jovens de 19 a 24 anos que concluíram o Ensino Médio, dentro dos aspectos dos gêneros homem e mulher e da cor de negros e brancos, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), representada na (Figura 2) nos revela que esses fatores ainda influenciam significativamente na trajetória escolar de nossos jovens.

Figura 2 - Perfil dos jovens de 19 a 24 anos que concluíram o ensino médio



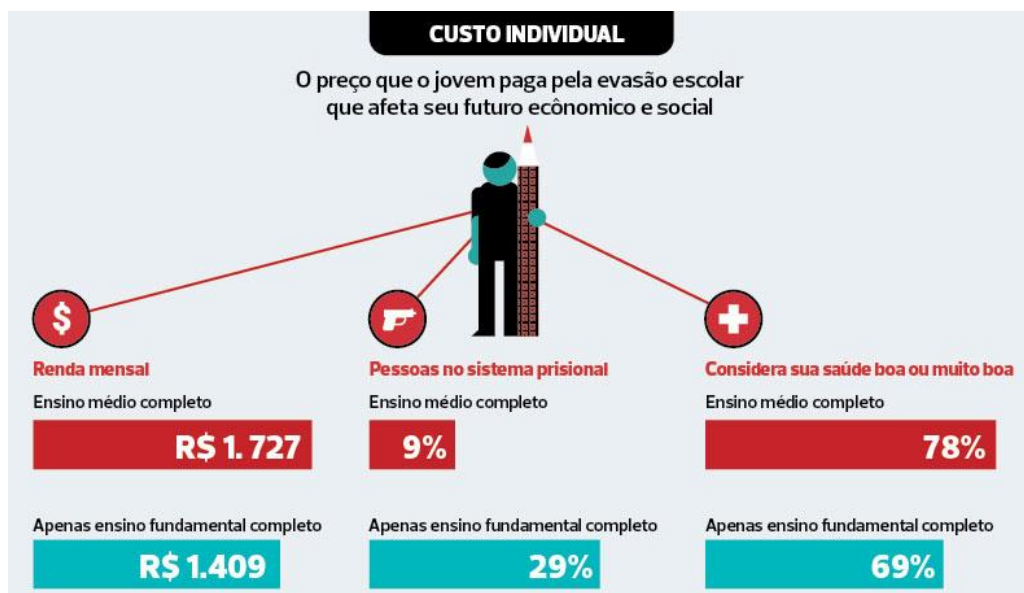
Fonte: IBGE, 2018

As pesquisas ainda revelam que o principal motivo por abandono ou por nunca ter frequentado a escola entre pessoas na faixa etária de 14 a 29 anos de idade, é a necessidade de trabalhar. Com a análise dos dados fornecidos, nota-se que essa porcentagem se mostrou maior em relação aos homens, sendo indicada por 50%. Em segundo lugar, aparece o não interesse em estudar, que se evidenciou em maior proporção entre as mulheres, sendo representado por 24,1% (PNAD, 2019).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) o percentual das pessoas em nosso país que concluíram o Ensino Médio e consideram o seu estado de saúde bom ou muito bom é de 78%. E a porcentagem em relação aos que completaram somente o Ensino Fundamental é 9% menor.

Na figura 3, apresentada pela Instituição de ensino superior e de pesquisa INSPER (2019) demonstra que um trabalhador com Ensino Médio completo recebia por mês 18% a mais que um empregado que concluiu só o fundamental.

Figura 3 – Custo do jovem que paga pela evasão escolar



Fonte: INSPER, 2019

E complementam nos apresentando dados sobre o sistema prisional brasileiro, demonstrando que 9% dos encarcerados completaram o Ensino Médio, 29%

completaram apenas o Ensino Fundamental e que 61% nem sequer concluíram essa etapa elementar de instrução. Esses índices demonstram que menos escolaridade pode aumentar a chance de uma pessoa se envolver em atos ilícitos (INSPER, 2019). Barbosa (2011) salienta que a evasão escolar é um fenômeno complexo e por envolver vários aspectos nem a família, a escola e os profissionais da educação sentem-se preparados para enfrentá-lo e principalmente minimizá-lo.

Para Fernandes (2007), as políticas educacionais, estão diretamente ligadas ao fracasso escolar, e relaciona-se aos altos índices de evasão e reprovação em todo território nacional.

Em relação às práticas pedagógicas e aos projetos políticos pedagógicos das secretarias de educação, o fracasso escolar tem sido ocasionado muitas das vezes pelas práticas avaliativas praticadas nas escolas, que reforçam e acentuam as diferenças entre as classes sociais, onde privilegiam aqueles que têm sua cultura identificada nos currículos escolares (FERNANDES, 2007, p. 01).

Sabe-se que no Brasil, a educação é um direito e um dever de todos, porém as portas da escola estão fechadas para muitos. Os jovens que moram na zona rural possuem mais dificuldades de acesso à escola, assim como os que vivem nas regiões mais pobres. Isso agrava ainda mais as desigualdades existentes entre ricos e pobres.

Segundo Barros (2017), um dos fatores que impede o acesso escolar é o nível de pobreza dos jovens, inúmeras famílias vivem em condições de extrema vulnerabilidade, o acesso a saúde é precário e precisam trabalhar desde cedo para ajudar financeiramente. Também tem o dever de cuidar do irmão mais novo ou de um familiar que se encontra doente, tendo como exemplo os avós que precisam de atenção ainda mais redobrada. Enfim, tudo isso faz com que fique difícil prosseguir com a vida escolar. Uma situação bastante triste é quando a pessoa tem muita vontade de aprender, porém não consegue meios que garantem a sua permanência no ambiente escolar. O governo oferece programas sociais como o Bolsa Família, no entanto, não é o suficiente para que acabe com todas as desigualdades sociais existentes atualmente no país.

No âmbito da iniciativa privada citamos como exemplo as ações do Instituto Ayrton Senna que desenvolve uma pesquisa específica sobre a evasão escolar intitulada: Políticas Públicas para a Redução do Abandono e da Evasão Escolar de Jovens que é dirigido por Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e também professor no Insper, fruto da parceria entre, Instituto Ayrton Senna, Fundação Brava, Instituto Unibanco e Insper.

O estudo aponta quatorze motivos que levam os jovens ao desengajamento pelos estudos no Ensino Médio, entre eles temos: a falta de interesse dos alunos, falta de incentivo dos pais, gravidez na adolescência, falta de transporte, escola longe da residência dos estudantes, existência de alguma deficiência física, envolvimento com drogas ilícitas, dentre outros.

Além de revelar as possíveis causas da evasão e do abandono escolar, também traz as orientações para a criação de políticas mais efetivas que visem solucionar esse problema e faz com que possamos debater à cerca da existência de centenas de programas nacionais e internacionais que lutam para priorizar o engajamento dos jovens que cursaram ou já cursam o ensino médio.

Nesta perspectiva o Instituto Ayrton Senna e seus parceiros apontam alguns encaminhamentos para minimizar a evasão escolar, entre elas temos: criação de um currículo mais flexível, cursos profissionalizantes, flexibilização nos horários de aula, atividades no contra turno, atividades à distância, entre outros. Afirmam ainda que é necessário que as políticas públicas criem estratégias adequadas para o público alvo a ser atingido com a adoção de práticas educativas que levem em consideração o perfil do aluno em questão.

Nessa perspectiva e no intuito de ampliarmos a nossa reflexão sobre a evasão escolar, apresentaremos a seguir o que as pesquisas acadêmicas revelam sobre esta temática especificamente no Ensino Médio.

### 3.1 PESQUISAS QUE ABORDAM AS CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO

A evasão escolar ainda acomete muitos jovens em nosso país e diversas causas têm sido consideradas para explicar o seu motivo. Podemos encontrar nos sites de pesquisas, como no Google, os mais variados tipos de textos que discutem sobre o assunto. Para investigar quais são as possíveis causas da evasão escolar no Ensino Médio, recorri a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), onde podemos encontrar mais de quinhentas mil dissertações e mais de cento e oitenta mil teses que foram produzidas em nosso país ou no exterior. Optei pela escolha das dissertações, na qual realizei uma busca avançada com os títulos das palavras-chave: “evasão escolar no ensino médio”. Dessa forma, no banco de dados apareceram oito dissertações sobre a temática que será norteadora da minha pesquisa.

Dos oito textos que surgiram somente sete deles tiveram suas pesquisas elaboradas após o ano de 2009, assim, uma dissertação não poderia fazer parte da minha opção, levando em consideração que um dos objetivos específicos do meu trabalho de conclusão de curso é identificar as causas da evasão a partir de pesquisas desenvolvidas a partir do ano de 2009. Por desejo pessoal, optei em ler dissertações que falavam sobre o Ensino Médio que não fosse ofertado em tempo integral e nem no turno noturno, dessa maneira me restaram cinco trabalhos para serem escolhidos, no qual me identifiquei com três deles pois tinham como referência as palavras evasão e Ensino Médio em seus títulos e correspondiam aos critérios e objetivos estabelecidos.

Inicialmente, optei pela escolha do título: Caminhos e descaminhos da educação brasileira: um estudo dos problemas que motivam a evasão escolar no Ensino Médio, no município de Franca, de Helton Luís da Silva para apontar através do seu trabalho quais são as razões que levam os jovens há desistir de estudar. O segundo trabalho escolhido atende pelo título: Evasão escolar no Ensino Médio na visão da escola Estadual Santa Catarina de Caxias do Sul – RS da autoria de Marco Aurélio da Silva. A terceira dissertação escolhida é da autoria de Maria Guimacy da Silva de Aquino



com o nome: Atuação da equipe gestora das escolas de Ensino Médio diante da evasão: um estudo de caso de duas escolas do município de Itacoatiara-AM.

Li e analisei primeiramente a dissertação de Helton Luís da Silva com o seguinte título: Caminhos e descaminhos da educação brasileira: um estudo dos problemas que motivam a evasão escolar no Ensino Médio, no município de Franca defendida no ano de 2016. O autor se apropriou de vários autores e fontes para abordar esse tema nessa faixa etária de ensino que é de extrema importância não só para a progressão nos estudos, ou a inserção no trabalho, mas para a própria execução da cidadania e das relações sociais.

A pesquisa buscou encontrar quais são as causas da evasão no Ensino Médio no município de Franca, localizada no estado de São Paulo e foi de cunho qualitativo-quantitativo. Um total de 82 alunos da escola estadual, E. E. Suely Machado da Silva participaram da pesquisa em um percurso de tempo de 2009 até 2013. Primeiramente, aconteceu um teste inicial, na qual um grupo de 22 diferentes discentes do primeiro, segundo e terceiro anos foram submetidos a responder algumas perguntas elaboradas a partir das questões que seriam feitas no questionário final. Isso colaborou em muito para o desenvolvimento do estudo, pois com as respostas dos estudantes pode-se compreender quais seriam as verdadeiras demandas para a elaboração do questionário final.

Os alunos puderam expor a sua opinião sobre diversos assuntos que envolvem os questionamentos sobre como consideram importante a continuidade dos estudos, e quais aspectos podem interferir na sua aprendizagem, podendo acarretar no seu desinteresse e abandono escolar. Também foram feitas indagações sobre como consideram o currículo e o conteúdo da escola em questão, e como pensam as relações com o trabalho, vida e ambiente escolar.

Destacarei com uma ênfase maior quais foram os motivos da evasão de acordo com a pesquisa de Helton Luís da Silva. Segundo a maioria dos entrevistados a necessidade de ajudar na renda familiar é o primeiro fator determinante para que ocorra o abandono dos estudos. De acordo com Silva (2016, p. 116-117), outros fatores são:

- 63,41% da amostra distinguem que o abandono geralmente acontece porque o sujeito precisa trabalhar para complementar a renda familiar;
- 56,1% - o trabalho como garantia de uma renda pessoal;
- 54,88% relatam as más companhias como um importante aspecto;
- 42,68% apontam a dificuldade em compreender os conteúdos ministrados nas diversas disciplinas;
- 20,73% - o desinteresse pelo Ensino Médio;
- 8,54% - a fadiga depois de um dia de trabalho;
- 6,09% - envolvimento com drogas;
- 6,09% relatam a falta de incentivo dos familiares;
- 4,88% - gravidez;
- 3,65% abalizam diversos problemas familiares como aspecto contributivo à evasão escolar (Ensino Médio);
- 2,44% - a escola não contribui para um projeto melhor de vida/futuro promissor SILVA (2016, p. 116-117).

Percebe-se que a dificuldade em não compreender os conteúdos de sala de aula, é a quarta causa do abandono, podendo evidenciar que muitas das vezes as práticas pedagógicas não condizem com a realidade dos alunos. De acordo com BARROS (2017), a adoção de práticas alternativas de educação pode fazer com que o interesse pelo ensino aprendizagem seja visto de outra forma, têm profissionais que não pensam em alternativas que sejam mais produtivas para o desenvolvimento dos estudantes, pelo contrário, ficam imersos em práticas educativas que não despertam nenhum interesse significativo, às vezes, ficam presos a conteúdos que não condizem com a realidade do aluno.

Dessa forma, é essencial que tenham conhecimento do contexto social que o educando está inserido e que encontrem recursos pedagógicos e metodologias que despertem o interesse de todos os envolvidos no processo educacional. Existem educadores que sempre procuram colocar a culpa do fracasso escolar no próprio estudante ao invés de procurar novas soluções para a resolução do problema, isso faz com os jovens fiquem mais desmotivados e não se interessando pelo ensino-aprendizagem.

Podemos observar através dos resultados acima que foram levantados pelos estudantes da escola Suely Machado da Silva, que são inúmeras as causas da desistência de acordo com o seu modo de pensar. Silva diz o seguinte: “Os problemas tensionados pelos alunos, ao mesmo tempo, participam direta e/ou indiretamente do seu cotidiano escolar, familiar, da comunidade que vivem.” (SILVA, 2016, p. 117). Isso

nos remete ao seguinte: por mais que um estudante não esteja passando por uma das situações que foram mencionadas anteriormente, ele conhece alguém que esteja passando ou já passou por algum desses problemas, podendo ser um amigo ou familiar.

Há todo momento nos dispáramos com notícias que retratam sobre o êxito e permanência dos jovens no Ensino Médio, nos mostrando como é importante a atuação do governo no que diz respeito a adoção de políticas educativas que sejam condizentes com o modo de vida dos educandos. De acordo com Silva (2016, p. 132): “Pensar em políticas voltadas à juventude é sem dúvida, tema atual.” Sabemos que essas políticas muitas das vezes não suprem as necessidades dos jovens, pois não condizem com a realidade de vida deles.

Como diz Caliari (2009), muitas são as causas da evasão nas escolas rurais e urbanas, e uma delas é a falta de adequação ao modo de vida dessas pessoas, sendo que muitas das vezes, o próprio calendário escolar não condiz com aquilo que elas vivem. O calendário escolar nem sempre condiz com a realidade de vida dos jovens, uma mudança poderia ser fundamental para que todas as individualidades fossem atendidas, somos diferentes em todos os aspectos, cultural, social, sexo, etnia e política, sendo assim o que pode ser bom para mim, pode não ser útil para o meu próximo. Então, seria necessário haver mais flexibilização em relação a presença dos jovens em sala de aula, como atender melhor as especificidades de cada cidadão existente (BARROS, 2017).

A falta de locomoção por parte de alguns ainda impede que muitos discentes possam frequentar a sala de aula, mesmo com milhares de colégios existentes em todo o Brasil, encontramos cidadãos que não conseguem chegar até o seu destino escolar, pois faltam meios de transporte ou quando existem, porém, são inadequados pelas indevidas condições de manutenção acarretando em perigo para a integridade física. A distância é um fator que impossibilita a chegada até o seu local de destino, muitos infelizmente não conseguem se deslocar de sua residência e acabam ficando em casa sem estudar, por isso, as taxas de evasão também aumentam por não existir condições favoráveis para o acesso e permanência em diferentes regiões do país (BARROS, 2017).

No texto de Helton são feitas algumas ponderações para um efetivo avanço das políticas públicas voltadas para o universo jovem no qual destacamos: “[...] a implementação consciente, adequada e flexível de metodologias, procedimentos didático-pedagógicos e profissionais preparados, num contínuo processo de formação” (SILVA, 2016, p. 136). Ainda há muito a ser feito para esse público em questão para que realmente seja atraente e condizente com o projeto de vida dos adolescentes.

A segunda dissertação selecionada foi a de Marco Aurélio da Silva com o seguinte nome: Evasão escolar no Ensino Médio: o caso de uma escola Estadual do Município de Santa Cruz do Sul – RS defendida no ano de 2015 na Faculdade de Santa Cruz do Sul localizada no estado do Rio Grande do Sul. O estudo buscou identificar quais são os motivos que levam os estudantes a evadir da sala de aula em uma escola estadual do RS. Foram entrevistados alunos do 1º e 3º ano durante os anos de 2009 até 2012 e em seguida, foram feitas entrevistas com a gestão escolar, docentes e discentes no período de 2013 até 2014.

A pesquisa como podemos perceber é qualitativa, na qual serão coletados dados para a obtenção de resultados específicos. O autor se apropria de diferentes referenciais teóricos para tentar explicar como se dá o processo do abandono escolar, apontado muitas das vezes como um problema resultante da má efetivação das políticas públicas existentes em nossa atualidade, mas ressalta que nem sempre essa é a motivação para esse problema nas escolas. Aponta que a culpa da evasão escolar no ensino médio não está ligada somente ao âmbito familiar ou escolar, mas se deve a diversos fatores como a precoce necessidade de inserção no trabalho e ao fracasso escolar.

Também são apresentadas as leis que garantem o acesso e a permanência dos alunos, como a LDBEN que preconiza a educação como um direito para a cidadania, porém mesmo com tantas leis em vigor ainda vivemos em uma nação com vários tipos de omissões, onde alguns são privilegiados e outros lutam pela sua sobrevivência, e no espaço escolar não poderia ser diferente. Os aspectos econômicos e sociais ainda distinguem as pessoas em uma sociedade cada vez mais capitalista.

Durante as entrevistas, os professores sugeriram algumas sugestões para a possível saída dos jovens da escola, sendo elencados os seguintes pressupostos:

[...] drogas, gravidez precoce, falta de apoio e fiscalização dos pais, falta de investimento do Estado, capacitação e experiência (inexperiência) dos professores, a perversidade dos alunos, medidas socioeducativas, influência do mundo das drogas, desigualdades sociais, formas para o mercado de trabalho, em especial, ressaltam que não podem ter um projeto pedagógico e um currículo que atenda somente as fumageiras (SILVA, 2015, p. 96).

Alguns alunos disseram que não existe uma preocupação real em saber se estão aprendendo ou não por parte de alguns professores, há a falta de acesso aos recursos tecnológicos e a escassez de profissionais da educação. A coordenadora pedagógica associa a evasão aos seguintes elementos: “[...] à reprovação, a falta de consciência da família em apoiar o aluno no estudo, a falta de interesse do aluno, o pouco investimento do estado na educação e as regras impostas pela escola” (SILVA, 2015, p. 101).

Um dos motivos da evasão escolar que se torna preocupante é a própria falta de interesse dos jovens pelo ensino, muitos deles não acreditam na sua capacidade de fazer um bom estudo que possa garantir o ingresso no ensino superior. Sentem-se incapacitados e acabam por deixar o colégio antes mesmo de concluir o ensino médio, aumentando as taxas de evasão. Outros faltam muito e acabam obtendo a reprovação, as avaliações realizadas também desencorajam muito deles, pois ficam traumatizados quando não conseguem alcançar uma nota boa. Esses são alguns dos fatores que fazem com que os educandos não vejam a educação como algo importante que possa mudar a sua vida. Os professores precisam de incentivar cada vez mais os seus alunos, para que não desistam de estudar (BARROS, 2017).

As notas baixas podem desencadear naquilo que chamamos de fracasso escolar na qual o alunado não se sente confortável dentro do colégio por não conseguir alcançar bons resultados, podendo aumentar os índices de abandono, assim como o de defasagem escolar, que é quando não está na idade escolar correta.

Os pais precisam orientar os seus filhos dentro de casa para que entendam a importância da escola, devem salientar que o acesso à educação é primordial para a obtenção de um emprego melhor, para a entrada na faculdade e para a aprimoração de todo o conhecimento. Infelizmente, existem pais que não se preocupam com a vida escolar de seus filhos, às vezes, por eles mesmo não terem o devido acesso aos estudos por falta de oportunidades quando eram jovens, também não fazem questão de debater a importância da educação (BARROS, 2017).

O apoio da família é fundamental nessa etapa, pois é com ela que devemos aprender desde cedo os valores e deveres que devemos ter no decorrer de nossas vidas. Não existe algo melhor do que ter um pai ou uma mãe que diga para o filho que precisa de estudar para que tenha um futuro melhor. É grandioso receber o incentivo por parte dos familiares já que os filhos quase sempre são o espelho de seus pais, assim, o jovem precisa ouvir os conselhos que a sua família dá em relação a sua trajetória estudantil. Entretanto, muitos adolescentes preferem ficar sem estudar não por falta de incentivo dos familiares, mas pelo livre arbítrio que possuem em optar pelas suas próprias escolhas. Entretanto, eles mesmo que sofrerão com as consequências de suas opções feitas no decorrer de seu percurso vital (BARROS, 2017).

No depoimento de um jovem, ele cita que a professora chamou a sua atenção por motivo de falta, dizendo que seria mais um dado estatístico para a evasão e o mesmo afirmou que o Conselho Tutelar foi conversar com a sua mãe na casa dele. O pior de tudo isso é que ela não sabia de nada e o adolescente acabou perdendo o estágio que estava realizando por falta de presença na sala de aula (SILVA, 2015). Essa é mais uma das múltiplas facetas que ocasionam a reprovação sobretudo o descompromisso com a educação. Lembrando que o nosso objetivo não é colocar a culpa nos estudantes, professores, familiares ou nas políticas públicas. Pelo contrário, estamos procurando compreender sobre as causas da evasão e quais atitudes podem melhorar o êxito no acesso e permanência dos adolescentes em questão.

Outro aluno se refere à dificuldade encontrada para conciliar trabalho e estudo ao mesmo tempo, dizendo que é muito cansativa a sua rotina diária e que muitas vezes não consegue nem almoçar e que isso é preciso para ajudar a sua família e também para poder comprar as suas coisas (SILVA, 2015). Muitos dos brasileiros têm

enfrentado dificuldades para estudar e trabalhar ao mesmo tempo, então, um grande número deles acaba por tomar a decisão de abandonar os estudos. A escola ao mesmo tempo que idealiza uma educação para todos como um direito social, acaba por pregar a preparação para a atuação no mercado de trabalho.

O autor diz que a escola não é a única capaz de resolver todos os problemas sociais existentes em nossa sociedade, frisando que os Estados, Municípios e o governo Federal devem tomar atitudes que englobam todos os cidadãos, principalmente aqueles que são excluídos (SILVA, 2015). Existe uma ligação entre as palavras educação e Estado. Há quem acredite que a educação sempre esteve subordinada ao poder do Estado.

O Estado tenta promover uma educação de qualidade para todos, mas nem sempre isso é possível mesmo com a existência de tantas leis em nossa sociedade que priorizam o direito à educação. Desde os séculos passados sempre existiu uma relação de dependência entre estado e educação, muitas das vezes são relações de interesses políticos. A educação é um direito de todos como está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), mas sabemos que infelizmente nem todos têm acesso à educação e muitos ainda não usufruem de uma educação de qualidade, como deveria ser de fato. GALLO (2007).

O último texto estudado trata-se da dissertação de Maria Guiomacy da Silva de Aquino com a titulação: Atuação da equipe gestora das escolas de Ensino Médio diante da evasão: um estudo de caso de duas escolas do município de Itacoatiara-AM, defendida no ano de 2016 na Universidade Federal de Juiz de Fora. O objetivo principal do trabalho referido foi tentar compreender e analisar como que a equipe gestora de duas escolas de Ensino Médio da Rede Estadual do Amazonas, localizadas no município de Itacoatiara tem enfrentado a questão da evasão escolar. A autora apresenta as possíveis causas da evasão através de uma pesquisa feita pela Secretaria de Educação e qualidade do Ensino (SEDUC-AM) no ano de 2012, utilizando-se de diversos referenciais teóricos para buscar comparar os resultados obtidos. A pesquisa trata-se de um estudo de caso comparativo de cunho qualitativo que teve questionários, entrevistas, análises de documentos e estatísticas como instrumentos de pesquisa. Também é feita uma revisão bibliográfica de obras que são

referentes ao tema. No texto é feita a diferenciação entre abandono e evasão, o primeiro se refere ao momento em que o aluno se matricula na escola e deixa de frequentar as aulas no mesmo ano, retornando no ano seguinte. Ao contrário, da evasão, que é quando o mesmo abandona o colégio, não se matriculando no próximo ano.

Aquino (2016) acredita que “[...] a evasão escolar é um dos dilemas que a escola pública moderna tem enfrentado [...]” (AQUINO, 2016, p. 16). Como a autora afirma, a evasão escolar realmente é um dos grandes problemas encontrados em nossa sociedade e pode ser considerada de difícil solução, pois sempre está ligada a diversos fatores, que estão fora ou dentro da unidade escolar. A escola muitas das vezes não procura discutir junto com a família dos alunos, os caminhos necessários para a solução dos problemas relacionados a evasão que vão desde ao desinteresse dos alunos até a falta de práticas pedagógicas eficientes.

Aquino (2016) ainda fala sobre “[...] a dificuldade do professor em lidar com os novos desafios presentes na educação, tornando a escola pouco atraente ao aluno” (AQUINO, 2016, p. 21). Lidar com o universo jovem não é uma tarefa muito fácil, pois o educador precisa estar atento as mudanças que ocorrem nessa fase, como a rebeldia, a falta de atenção, o vício pelo celular, etc. O professor lida diariamente com os mais variados tipos de adolescentes, e a cada momento pode ser surpreendido com atitudes que sejam ou não condizentes com a realidade em que vive. Conforme Aquino (2016): “Não saber lidar com estes perfis diferenciados pode acarretar no desinteresse do aluno, seguido de uma possível infrequência, que pode culminar com a evasão escolar.” (AQUINO, 2016, p. 21).

A autora acredita que diversos fatores externos colaboram para a evasão escolar, entre eles menciona alguns, como: “[...] problemas de saúde, violência e o tráfico de drogas, gravidez [...]” (AQUINO, 2016, p. 21). O envolvimento com o mundo das drogas faz com diariamente milhares de jovens parem de frequentar a escola, isso só faz com que os números de evasão escolar aumentem progressivamente com o passar dos anos. São moças e rapazes que entram para o mundo do crime e não veem a educação como uma boa oportunidade para mudar as suas condições de vida social.



O tema das drogas deve ser discutido com mais regularidade dentro do espaço escolar, para que educandos tomem o real conhecimento de como esse mal pode afetar o seu aprendizado e inclusive pode levar a morte caso faça essa escolha. Diariamente vemos nos noticiários dos jornais como que tem aumentado o número de jovens que estão ingressando no mundo da criminalidade. São centenas de mortes que poderiam ter sido evitadas apenas com conversas sobre o assunto, pois alguns deles nunca sequer foram informados sobre o perigo da droga em sua vida. Porém, infinitos deles mesmo tendo consciência do risco que é se envolver com atividades ilícitas, preferem sofrer com as consequências de suas atitudes (BARROS, 2017).

Um fator que está em constante evidência como uma das principais causas da evasão também é mencionado nesse texto, que é a necessidade do jovem em ter que ajudar na renda familiar, ficando muito cansado e não conseguindo conciliar trabalho com estudo. Aquino (2016) ressalta a importância da participação dos docentes e da equipe pedagógica ao monitorar a frequência escolar dos discentes e como é de suma relevância a adoção de medidas estratégicas para combater a evasão. A escola deve ser um ambiente atraente e o currículo tem que estar vinculado com a realidade do aluno. De acordo com Aquino:

A escola deve se organizar de forma que suas ações práticas não sejam desgastantes, que seja cada vez mais atraente, para que o alunado tenha interesse em estar nela. Senão correremos o risco de continuar com o cenário dividido entre alunos desmotivados de um lado e do outro um currículo e uma escola que ainda priorizam conteúdo e um currículo pesado e desvinculado da realidade do aluno (AQUINO, 2016, p.23).

A pesquisa de acordo com Aquino (2016, p. 57) “[...] apontou que a necessidade de gerar renda para a família é a maior causa da evasão no Estado [...]”. Sabemos que muitos fazem parte dessa estatística de jovens que precisam colaborar com os gastos dentro de casa, culminando em um processo de desinteresse pela aprendizagem que ocasiona a evasão. Os fatores externos que são aqueles relacionados a questões familiares e sociais dos alunos foram determinantes para que os alunos se evadissem da escola.

A gravidez e o surgimento de doenças são as segundas causas que levam ao abandono escolar conforme a pesquisa, e em terceiro lugar aparece a desmotivação

pelo ensino. Segundo Barros (2007), milhares de jovens engravidam durante a adolescência tendo que deixar de lado a escola por um determinado tempo, ou mesmo por anos, nem sabendo mais quando será possível a sua volta. Sabemos que carregar um filho dentro do ventre é uma responsabilidade enorme, assim a sua vida muda completamente de uma hora para a outra, então novos objetivos precisam ser traçados para que possa prosseguir adiante conforme a sua atual realidade. Algumas escolhem por dar continuidade aos estudos, enquanto que a grande maioria opta por deixar o colégio.

Quando alguém engravida, todas as estratégias de avaliação precisam ser modificadas para que possam atender as necessidades dessa pessoa. As provas e atividades avaliativas podem e devem ser feitas de modo não presencial, dando a oportunidade de poder concluir o período letivo. Caso contrário, poderá perder todo o período letivo, se não quiser dar continuidade ao processo de aprendizagem.

Outros motivos da evasão no Amazonas são a reprovação, a distorção idade-série e a relação estabelecida entre aluno e professor.

[...] das causas apontadas, quase a metade está relacionada ao cotidiano escolar, são elas: falta de professor, reprovação, violência, dificuldades de aprendizagem, desentendimento com a gestão, má administração. Os fatores determinantes da evasão podem ser classificados em dois grandes grupos: fatores externos, aqueles que perpassam os muros escolares, e os fatores internos, aqueles que estão relacionados com a rotina da escola (AQUINO, 2016, p. 58).

Um fato alarmante mencionado pela SEDUC-AM demonstra que o gestor da escola considera a família e o aluno como os culpados pela ocorrência da evasão escolar. Infelizmente, muitos pensam desse jeito, mas não é pensando assim que vamos diminuir as taxas de evasão em nosso país. Com todo o conhecimento que tenho adquirido através da leitura de conteúdos alusivos sobre o tema, podemos ter a certeza que não é somente os familiares e estudantes que desencadeiam esse problema. Pelo contrário, todos são responsáveis, pois ambos os envolvidos colaboram de uma forma ou outra para o sucesso ou fracasso da vida escolar do alunado. No próprio texto, podemos perceber o depoimento de alunos que dizem que nunca foram chamados a atenção por faltarem a aula, somente os pais foram notificados pela sua ausência.

Outro motivo preocupante que também relatarão, é o de que nunca foram procurados depois que abandonaram a escola. É muito importante que escola e família tenha uma relação mais próxima uma com a outra, buscando sempre estabelecer laços de amizade. Percebemos que o envolvimento com drogas, a gravidez, a falta de apoio familiar e a emergência de arrumar um emprego são características semelhantes entre os três textos, sendo umas das justificativas para a geração da evasão. Vale ressaltar que em ambos os trabalhos foram ouvidas as opiniões dos alunos, fator de extrema importância, pois puderam participar das pesquisas expondo as suas ideias. Em muitas das vezes, o educando não consegue expor a sua opinião dentro de sala de aula, porque infelizmente ainda existem muitos educadores autoritários que não promovem o diálogo entre alunos e professores.

As dissertações escolhidas realmente atenderam as minhas demandas porque todas falam sobre as causas da evasão em um aspecto geral. A superação desse problema é um dos grandes desafios da nossa sociedade contemporânea que merece uma atenção ainda maior por parte dos governantes e de todos os envolvidos nesse trabalho árduo, que é o de promover a educação de forma democrática para todos. Muitos nem sequer sabem quais são as motivações que levam aos jovens a desistirem de estudar, e por inúmeras vezes apontam eles como os próprios responsáveis por tudo isso.

Somente quando as pessoas tiverem o conhecimento sobre o que está acontecendo para que meninos e meninas se evadam do colégio, é que saberão de fato sobre os reais motivos pelo qual não concluem a última etapa de ensino que é tão importante para a sua vida. As pesquisas em questão colaboram em muito para isso, pois com a leitura e análise delas podemos buscar informações que nos mostram como é a realidade de inúmeros estudantes em nosso país que enfrentam desafios constantes no dia a dia.

Os autores tiveram um enorme comprometimento ao desenvolver as suas pesquisas, ficando em evidência o seu nível de conhecimento ao saber dialogar sobre o tema e buscar referenciais teóricos que enriquecem ainda mais a nossa aprendizagem. E vale dar ênfase em um ponto crucial de extrema relevância que pude perceber nos três

textos analisados: a participação dos alunos durante a pesquisa de campo foi importantíssima, pois a partir de suas respostas pudemos saber quais são as razões que os impedem de dar prosseguimento aos estudos. Não haveria um público alvo melhor a ser pesquisado do que os próprios discentes em questão, pois através das suas próprias afirmativas puderam expor a sua opinião em relação as possíveis causas da evasão escolar nas escolas em questão.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, um número elevado de faltas dos alunos menores de idade, sem uma justificativa aparente e a evasão escolar, ferem os direitos das crianças e dos adolescentes. Desse modo, é dever da instituição escolar utilizar-se de todos os recursos disponíveis para garantir a permanência dos alunos na escola. Quando esgotados todos os recursos da escola, a mesma deve acionar o Conselho Tutelar do Município sobre os casos de faltas excessivas não justificadas, para que o Conselho possa atuar com as medidas cabíveis, conforme previsto em legislação.

Para Motta (1997), o mais importante nos dias atuais não é aumentar o número de vagas para o Ensino Médio como muitos pensam. No entanto, é essencial que seja feita a oferta de um ensino de qualidade desde o ensino fundamental, pois é nessa etapa que começa a surgir os problemas relacionados as deficiências cognitivas dos alunos que não serão resolvidas facilmente.

Na atualidade, tem-se buscado a efetividade do direito à educação com aplicação de uma gestão participativa em nossas escolas, como bem apontada por Libâneo (2012, p. 458):

Nesse princípio está presente à exigência da participação de professores, pais, alunos, funcionários e outros representantes da comunidade bem como a forma de viabilização dessa participação: a interação comunicativa, a busca do consenso em pautas básicas, o diálogo intersubjetivo. Por outro lado, a participação implica os processos de gestão os modos de fazer, a coordenação e a cobrança dos trabalhos e decididamente, o cumprimento de responsabilidades compartilhadas dentro de mínimo de divisão de tarefas e alto grau de profissionalismo de todos. Conforme temos ressaltado, a organização democrática implica não só a participação na gestão, mas a gestão da participação (LIBÂNEO, 2012, p. 458).

A escola deve ser um local acolhedor que valorize as múltiplas diversidades culturais dos alunos, criando mecanismos de participação que atendam as reais necessidades dos estudantes, assim como as de seus familiares. É muito importante que a interação entre escola e família aconteça na prática, e que ambas as partes envolvidas no processo educativo saibam quais são os seus direitos e obrigações para a promoção de uma educação de qualidade.

Segundo Pereira (2019), deixa claro o que o jovem espera da escola:

Que seja uma escola atrativa, agradável e acolhedora; que privilegie o diálogo e inclua em uma prática diária, temas interessantes para serem trabalhados a partir da sondagem junto aos alunos; e que dê oportunidades para que os professores possam desenvolver práticas inovadoras em sala de aula. Que as aulas sejam dinâmicas, com professor capacitados no uso da internet, data show, vídeo e som, despertando o interesse do aluno em aprender e não sair da escola. Que seja criado um espaço diálogo entre gestores, professores, funcionários e alunos para que novas ideias surjam, para que a participação do aluno seja fundamental e para que haja interesse e permanência na escola (PEREIRA, 2019, p. 13).

Vale ressaltar que muitas das instituições públicas não estão preocupadas com as práticas pedagógicas, onde muitas das vezes essas práticas são prejudicadas devido ao não cumprimento efetivo do total de dias letivos, decorrente de greves, recesso de aulas ocasionado pela quantidade excessiva de feriados, à suspensão de aulas devido a reuniões e os outros mais variados motivos.

Não se pode falar em garantir o direito de acesso à escola, sem mencionar a ação dos profissionais da educação, os quais devem lutar pelo direito à igualdade de condições para o acesso e permanência dos alunos na escola, pela liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, de contestar critérios avaliativos, além de incentivar os responsáveis para conhecer o processo pedagógico e a participarem da definição das propostas educacionais.

É através da relação aluno com os conteúdos, sob a mediação do professor, que é constituída a qualidade do ensino. A escola não conseguirá eficácia em toda a sua prática pedagógica, se a prática docente na sala de aula não estiver ancorada numa base consistente de conhecimentos, no manejo de métodos e processos adequados

às peculiaridades da realidade dos alunos. Pois estas ações contribuirão para um clima de prazer na aprendizagem, onde proporcionará a troca de experiências e ajuda mútua.

Sendo assim e à guisa das considerações finais, podemos inferir que é imprescindível que as pesquisas acadêmicas façam uma análise da realidade enfrentada por muitos jovens educandos que estão fora ou dentro da escola, possibilitando que se conheçam as suas reais necessidades e situações que os levam a vulnerabilidade social.

Através de uma investigação precisa dos pressupostos que levam ao abandono escolar, elencados pelos próprios alunos em questão poderemos conhecer de fato, quais são os fatores que colaboram para a não permanência e falta de êxito nessa etapa de ensino. Mas é preciso ir muito mais além, é necessário que exista uma melhora significativa na articulação entre escola, família e Estado.

Ressalta-se que o papel da família é de grande valor não só no acompanhamento da vida escolar, mas também como agente fiscalizador da aplicação dos recursos voltados à educação, auxiliar na conservação de escolas e na verificação de material didático. É válido ressaltar que toda a sociedade seja um agente fiscalizador da educação que é oferecida em nosso bairro, município ou estado. O ensino brasileiro precisa ser efetivo com uma gestão que seja mais participativa na tomada de decisões, para que tenham como objetivo comum a formação de cidadãos com a liberdade e capacidade de tomar as suas próprias decisões visando o bem-estar social de todos.

O educador deve estar aberto dentro ou fora da sala, a indagações, curiosidades e a questionamentos por parte de seus alunos ou qualquer pessoa que deseje saber algo. Pois sua tarefa é de ser crítico, inquieto, ensinar e não somente transferir conhecimentos, não deve jamais se achar o dono da verdade, mas um ser em busca constante pelo aprendizado. O progresso da escola só será obtido com o melhoramento do preparo do professor, com a riqueza dos métodos adequados e com melhores recursos didáticos oferecidos e a valorização do profissional de ensino.

É bastante evidente que haja um novo olhar das políticas públicas e dos governantes, para que o cenário educacional no Brasil seja realmente constituído de escolas que promovam uma educação libertadora e investidora da criação. Diante dos dados apresentados e analisados, pode-se afirmar que o sistema educacional do nosso país, ainda não consegue manter os nossos adolescentes na escola, assim comprometendo o modo ideal da democratização escolar.

Com uma breve análise das dissertações podemos chegar à seguinte conclusão: que são muitos os problemas decorrentes das causas da evasão, devido as mais variadas razões como drogas, gravidez, falta de apoio da família, necessidade de trabalhar, o próprio desinteresse em estudar, entre outros. Nota-se que são fatores que variam desde os externos até os internos. Todos devem estar envolvidos em prol do bom funcionamento do sistema educativo para que consigam um resultado satisfatório, com menos adolescentes fora do colégio e com mais envolvimento no processo de ensino-aprendizagem.

É imprescindível que haja uma parceria entre escola, comunidade, alunos e pais, para que consigam solucionar primeiramente através do diálogo as demandas que forem surgindo fora e dentro do contexto escolar. Lembrando que as autoridades políticas também precisam estar sempre dispostas a atender e ouvir as exigências da sociedade, investindo nas políticas públicas de forma eficaz e não colocando em prática somente no papel.

A educação precisa ser entendida como uma prática que é capaz de transformar as pessoas, ela abre novos horizontes e faz com que os seres humanos se tornem críticos com a total liberdade de expressar as suas formas de pensamento. Buscamos uma educação que não privilegia somente as classes dominantes, pelo contrário ainda nos resta a esperança de lutarmos por uma educação sem distinção de indivíduos, igualitária para todos, sem que haja exclusões e prioridades para determinados grupos da sociedade (FREIRE, 1987).

Independentemente de quais sejam as motivações da evasão escolar no Ensino Médio o mais importante em nossa atualidade é a promoção de uma educação libertária e não a discussão se a educação é ou não função do Estado. A educação

humaniza as pessoas e as tornam cidadãos melhores capazes de mudar o seu próprio modo de vida. Ela não deve apenas promover o ser humano para o mundo do trabalho, mas possibilitar aos jovens e adultos que mudem a sua história de vida. Deve promover o bem-estar social de todos, respeitando as diferenças culturais e libertando os indivíduos de toda forma de opressão sofrida pelas classes dominantes. Nascemos com uma história de vida, mas temos a possibilidade de mudá-la e a educação tem esse poder de mudar a vida das pessoas para melhor.



## REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Guiomacy da Silva de. **Atuação da equipe gestora das escolas de ensino médio diante da evasão: um estudo de caso de duas escolas do município de Itacoatiara-AM**. Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3130>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

AZANHA, José Mário Pires. **Situação atual do ensino de 1º grau: pequeno exemplário de desacertos**. Rio de Janeiro: Dois Pontos Ed., 1993.

BARBOSA, Catarina. **Evasão recorde no 1º ano do ensino médio no Pará**. Na rede pública do estado, série apresenta os piores resultados de todo o ensino básico brasileiro. Atualizada em 6 de abril de 2020. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods4/evasao-recorde-no-1o-ano-do-ensino-medio-no-para/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar**. Curitiba: Expoente, 2011.

BARROS, Ricardo Paes de. **Políticas públicas para a redução do abandono e evasão escolar de jovens**. Fundação Brava/Instituto Ayrton Senna/Instituto Unibanco/Insper, 2017. Disponível em: <<http://gesta.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Políticas-Publicas-para-reducao-do-abandono-e-evasio-escolar-de-jovens.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2020.

BRASIL, IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – **Relatório de Comentários**. IBGE, 2010.

BRASIL, IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – **Relatório de Comentários**. IBGE, 2018.

BRASIL, IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – **Educação 2019**. IBGE, 2020. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 4024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lex: Legislação Federal, 1961. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4024.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Lex: Legislação Federal, 1971. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

BRASIL, **Lei nº 7.033, de 5 de outubro de 1982**. BRASÍLIA. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7033.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7033.htm)>. Acesso em: 7 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7044/82**. Restabelece a modalidade de educação geral. Lex: Legislação Federal, 1982. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7044.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7044.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 2005. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.061, de 27 de outubro DE 2009**. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12061.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12061.htm)>. Acesso em: 7 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm)>. Acesso em: 8 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 7 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Conversão da Medida Provisória 746, de 2016. Diário Oficial da União, 17/02/2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2208, de 17 DE abril de 1997**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>. Acesso em: 03 out. 2020.

BRASIL, **Emenda Constitucional Nº 59, de 11 novembro de 2009**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm)>. Acesso em 10 jun. 2020.

BRASIL. **Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. BRASÍLIA, 2016. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm)>. Acesso em: 7 nov. 2020.

BRASIL. **Parecer nº 15 de 26 de junho de 1998.** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Brasília, 1998. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb015\\_98.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb015_98.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional De Educação - LEI Nº 13.005/2014.** Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. Portaria Ministerial Nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.** Diário Oficial nº 238, Brasília, 2013.

BRASIL. Portaria N º 971, de 9 de outubro de 2009. **Programa Ensino Médio Inovador.** Diário Oficial nº 195. Brasília, 2009.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&category\\_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 8 dez. 2020.

CALIARI, Rogério. **Contextos campestres: qual educação?** In: Foerste, Erineu; Foerste, GerdaMargit; Caliari, Rogério (Org.) Introdução a Educação do Campo: povos, territórios e saberes da terra, movimentos sociais e sustentabilidade. UFES. 2009.

CORRÊA, Vera. **As relações sociais na escola e a produção da existência do professor.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p.128-147.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Fracasso Escolar e escola em Ciclos: histórias, políticas e sociais.** Anais eletrônicos. Caxambu, 2005. Disponível em: <<http://www.saude.campinas.sp.gov.br/smenet/pedagogico/textos%20de%20apoio/fracassoescolareescolaemciclos.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. **Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176607>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** 3ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2012.  
GALLO, Sílvio. **Educação Libertária.** Disponível em: <[https://www.academia.edu/28293066/educa%c3%a7%c3%a3o\\_libert%c3%a1ria\\_silvio\\_gallo](https://www.academia.edu/28293066/educa%c3%a7%c3%a3o_libert%c3%a1ria_silvio_gallo)>. Acesso em: 19 set. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSPER. Instituição de ensino superior e de pesquisa. **Evasão escolar custa R\$ 124 bilhões. Com 1,3 milhões de jovens fora da escola, indivíduos e sociedade perdem renda e condições de vida**. Publicado em 20/05/2019. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/conhecimento/politicas-publicas/custo-evasao-escolar/#:~:text=Com%201%2C3%20milhões%20de,renda%20e%20condições%20de%20vida&text=Em%202017%2C%20em%20razão%20da,anos%20não%20estava m%20na%20escola.>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **O melhor da ciência para educação**. Disponível em: <<https://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos.html>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar 2014**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 13 out. 2018.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão**. 2ª impressão. Brasília: INEP, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

MANDELA, Nelson. **Illuminando seu caminho para um futuro melhor**. Discurso de Nelson Mandela no lançamento da Mindset Network. Joanesburgo, 2003. Disponível em: <[http://www.mandela.gov.za/mandela\\_speeches/2003/030716\\_mindset.htm](http://www.mandela.gov.za/mandela_speeches/2003/030716_mindset.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2021.

MOTTA, Elias de Oliveira. **Direito Educacional e Educação no século XXI**. UNESCO. Brasília: Editora: UNA Ciências Gerenciais, 1997. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000128632>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

NARDOTO, Cláudia de Souza. **Programa Ensino Médio Inovador no Espírito Santo: perspectivas de mudança ou continuidade nas políticas do ensino médio**. 2015. 160 p. Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_9322\\_Disserta%E7%E3o%20Cl%C3%ADudia%20Nardoto.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9322_Disserta%E7%E3o%20Cl%C3%ADudia%20Nardoto.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2020.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do. **Classificação da pesquisa: natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos**. Disponível em: <<http://franciscopaulo.com.br/arquivos/Classifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**. 14ª. Edição. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a04.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2020.

PEREIRA, Michele Cezareti. Evasão escolar: causas e desafios. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 02, Vol. 01, pp. 36-51. Fevereiro de 2019. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/evasao-escolar?pdf=25784>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SANTOS, Eudriano da Silva. **A repetência escolar na perspectiva do repetente: concepções sobre este fenômeno**. Caicó. 2019. 71 f.: il. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/8484/1/Arepet%25C3%25AAnciaescolar\\_Santos\\_2018.pdf&ved=2ahUKEwiim4vvgLjtAhW8lrkGHYcjDhYQFjAFegQIHBAB&usg=AOvVaw3liQQJVdnOFfl7bYsMx4yA](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/8484/1/Arepet%25C3%25AAnciaescolar_Santos_2018.pdf&ved=2ahUKEwiim4vvgLjtAhW8lrkGHYcjDhYQFjAFegQIHBAB&usg=AOvVaw3liQQJVdnOFfl7bYsMx4yA)>. Acesso em: 4 dez. 2020.

SAVIANI, D. Formação de professores no Brasil: Dilema e Perspectivas. **Poésis Pedagógica**, v.9, n.1, jan./jun.2011, pp.07-19. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/poesis/article/view/15667>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

SCHMIDT, Andréia. **10º Boletim Informativo - Escola e família: parceiras, não inimigas**. Disponível em: <[http://www.educacional.com.br/falecom/psicologa\\_bd.asp?codtexto=338](http://www.educacional.com.br/falecom/psicologa_bd.asp?codtexto=338)>. Acesso em: 20 out. 2019.

SHIROMA, Eneida Oto et all. **Política Educacional**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Helton Luís da. **Caminhos e descaminhos da educação brasileira: um estudo dos problemas que motivam a evasão escolar no Ensino Médio, no município de Franca**. Franca: [s.n.], 2016. 229 f. Dissertação (Mestrado Profissional – Políticas Públicas). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2016. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136393/silva\\_hl\\_me\\_fran.pdf?squence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136393/silva_hl_me_fran.pdf?squence=3&isAllowed=y)>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da; BOUTIN, Aldimara Catarina. **Novo Ensino Médio e Educação Integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma**. Educação: Santa Maria, v. 43, n. 3, p. 521-534, jul./set., 2018. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5902/1984644430458>>. Acesso em: 17 out. 2020.

SILVA, Marco Aurélio da Silva. **Evasão escolar no Ensino Médio: o caso de uma escola Estadual do Município de Santa Cruz do Sul – RS**. 140 folhas. Projeto de Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Santa Cruz do Sul. Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1855257](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1855257)>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SUH, Suhyun. SUH, Jingyo. HOUSTON, Irene. **Preditores de abandono escolar categórico em risco**. Journal of Counseling e Development. dez. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/j.1556-6678.2007.tb00463.x>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

UNICEF. **Brasil tem 3,7 milhões de crianças e jovens fora da escola, aponta Unicef**. G1. São Paulo, 2012. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/08/brasil-tem-37-milhoes-de-criancas-e-jovens-fora-da-escola-aponta-unicef.html>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

VEIGAS, Layde Christina Arantes Alencastro. **Evasão escolar e o processo de ensino e aprendizagem: as causas e efeitos da evasão escolar do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal de 1º grau Jardim Paulista**. TCC. Universidade Federal do Tocantins. 2010. Disponível em:

<[http://moodle3.mec.gov.br/uft/file.php/1/moddata/data/850/1115/2173/Layde.versao\\_final\\_do\\_TCC.doc](http://moodle3.mec.gov.br/uft/file.php/1/moddata/data/850/1115/2173/Layde.versao_final_do_TCC.doc)>. Acesso em: 6 dez. 2020.